

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC E VINHAS CONSULTORIA E ASSESSORIA CULTURAL LTDA.

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.805.961/0001-38, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representada por seu Presidente, Senhor **JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI**, doravante denominado **CONTRATANTE** e **VINHAS CONSULTORIA E ASSESSORIA CULTURAL LTDA**, com sede na Av. Nereu Ramos, 75-D, Sala 1205-A. Edif. CPC, Centro, 89801-020 – Chapecó – SC, inscrita no CNPJ n.º 30.080.901/0001-00, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente instrumento com as seguintes cláusulas contratuais:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente Contrato Administrativo tem por objeto a prestação dos serviços de assessoria e consultoria (até dezembro de 2023) na área da cultura à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, em todas as suas atuações, sejam através do colegiado e/ou diretamente com os municípios atendidos pela AMOSC.

1.2. A presente contratação está sendo implementada face a notória experiência da contratada que possui capacidade técnica e saberes específicos ligados à área da cultura já prestados na região Oeste de Santa Catarina.

1.3. Os serviços consistem na realização de consultoria e assessoria continuada para o exercício financeiros de 2023, presencial, online e através de canais de comunicação (whatsapp – e-mail) minimamente para as seguintes atividades:

- Monitoramento dos Sistemas Municipais de Cultura, Planos Municipais de Cultura, Conselhos Municipais de Cultura e Fundos Municipais de Cultura;
- Organização acompanhamento e execução das Conferências Municipais de Cultura em 2023;
- Orientação, organização, acompanhamento, instrução e gestão da aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc 2;
- Outras necessidades técnicas do colegiado.

1.4. A Coordenação dos encontros será de responsabilidade e exclusividade da Consultora e

Assessora Roselaine Barboza Vinhas, que pelo seu conhecimento, experiência e saberes específicos com relação à matéria originou esta contratação.

1.5. A metodologia dos trabalhos a serem desenvolvidos serão estabelecidos pela contratada em conjunto com o setor de educação da AMOSC, aonde irão deliberar e fixar calendário de encontros presenciais mensais de 06 a 08 horas. Além dos encontros presenciais mensais, a assessoria nos demais momentos será online e/ou por comunicação via e-mail, telefone e pelo aplicativo WhastApp, nos momentos pertinentes em que os municípios tenham efetiva necessidade de esclarecimentos de dúvidas e suporte técnico na temática exclusiva do objeto contratado.

1.2 Os serviços contratados serão prestados **exclusivamente na pessoa de Roselaine Barboza Vinhas, inscrita no CPF n.º 513.483.810-00.**

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços descritos na Cláusula Primeira, o valor de R\$ (1.500,00 Um mil e quinhentos reais) mensais.

2.2 A Nota Fiscal relativa a prestação dos serviços deverá ser entregue até o último dia de cada mês, juntamente com relatório das atividades desenvolvidas no mês.

2.3 O pagamento deverá efetuado até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante depósito no banco **85 - Ailos – Credcrea. Agência: 0106, Conta 27.510-7.**

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

3.1 O presente Contrato Administrativo vigorará até **dezembro de 2023**, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de 12 (doze) meses, desde que essa seja à vontade das duas partes.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

4.1 O valor contratado não será objeto de reajuste pelo período aqui fixado.

4.2 Ocorrendo a prorrogação do prazo contratual, nos termos da cláusula anterior, aplicar-se-á ao valor pactuado o INPC acumulado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores a data da celebração do presente instrumento.

## **CLAUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

5.1 O valor ofertado na proposta poderá ser revisto, desde que devidamente requerido,

demonstrado através de planilha, plenamente justificado e aprovado pela AMOSC, em conformidade com a legislação aplicável.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) efetuar o pagamento do valor pactuado no prazo estabelecido neste contrato;
- b) prestar a contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente sejam solicitados, especificando os detalhes necessários para a perfeita execução do serviço contratado e a forma de como deve ser entregue;
- c) supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços, objeto do presente contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA de cumprir as obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- d) manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, especialmente sobre a aplicação de sanções, alterações e repactuações do referido contrato;
- e) comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 A CONTRATADA obriga-se a:

- a) cumprir com zelo os serviços contratados;
- b) não utilizar o nome da CONTRATANTE em quaisquer atividades de divulgação de sua profissão;
- c) ressarcir os danos causados em razão do descumprimento das obrigações contratuais, exceto por fatores alheios a sua vontade;
- d) pagar os tributos federais, estaduais e municipais, encargos sociais e as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação de serviços;
- e) cumprir as normas editadas pela CONTRATANTE, desde que não sejam ilegais e nem contrárias às cláusulas acordadas neste instrumento;
- f) tratar como confidenciais as informações recebidas e os dados pertencentes à CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros;
- g) não se pronunciar perante os órgãos de imprensa sobre quaisquer assuntos relativos às atividades da CONTRATANTE, sob pena de imediata denúncia do contrato e aplicação da

multa de 10% (dez por cento) incidentes sobre o valor total do Contrato;

h) não transferir, ceder ou substabelecer a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidas neste contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa de 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor total do contrato;

i) manter comunicação com a CONTRATANTE, sempre que necessário, a fim de dirimir quaisquer dúvidas e solicitar instruções que, por qualquer motivo, exijam decisões ou providências cabíveis;

j) encaminhar a Nota Fiscal relativa aos serviços prestados até o último dia de cada mês;

h) encaminhar juntamente com a Nota Fiscal relativa aos serviços prestados relatório de atividades desenvolvidas.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO**

8.1 A alteração do presente instrumento, observada a iniciativa da parte denunciante, deverá seguir os dispositivos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### **CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das sanções legais previstas no art. 87 do mesmo diploma legal.

9.1.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da AMOSC nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato;

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo de rescisão contratual; e

c) judicial, nos termos da legislação.

9.3 A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 De conformidade com o § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) devolução de garantia, se houver;

- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo de desmobilização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar junto à AMOSC e com os municípios consorciados;
- c) Declaração de Inidoneidade.
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade da Secretaria Executiva da AMOSC, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.2 Compete à Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) solicitar à CONTRATADA as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à CONTRATADA, bem como os referentes a pagamento.
- c) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo a CONTRATADA de tudo o que for constatado;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

12.1 As despesas do presente Contrato Administrativo correrão por conta do orçamento da AMOSC, aprovado para o exercício de 2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

13.1 O presente contrato não gerará vínculo empregatício, sob hipótese alguma, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

13.2 Qualquer comunicação entre as partes, com relação a assuntos estabelecidos neste contrato, será formalizada por escrito, em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

13.3 A CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização se ocorrer, provisória ou

definitivamente, a suspensão da execução deste contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento proporcional dos serviços efetivamente realizados.

13.4 As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

13.5 As partes se comprometem em não comunicar, revelar ou disponibilizar para terceiros, copiar ou utilizar para si ou para outrem, nem permitir que terceiros copiem ou utilizem direta ou indiretamente, no todo ou em parte, as informações confidenciais, salvo se autorizada por escrito pela outra parte.

13.6 O caráter de confidencialidade das informações perdurará mesmo após o encerramento deste contrato.

13.7 A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, ainda que em função de reestruturação societária, fusão, cisão e incorporação, os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, inclusive, seus créditos, sem a prévia e expressa autorização da AMOSC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1 Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma.

Chapecó, 30 de junho de 2023.

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO  
OESTE DE SANTA CATARINA – AMOSC**

**Julcimar Antônio Lorenzetti**  
**Presidente**

**Fabiano Porto**  
**OAB/SC 17762**

**Assessor Jurídico da AMOSC**

**VINHAS CON. E ASSESSORIA CULTURAL LTDA**  
**Roselaine Barboza Vinhas**